



Número: **0035519-04.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 27ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **04/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 6.918,75**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANA MARIA DOS SANTOS SILVA (AUTOR)		EWERSON VILAR DE LIMA (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)			
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
65780328	04/08/2020 17:51	Petição Inicial	Petição Inicial
65781183	04/08/2020 17:51	docs ana maria	Documento de Comprovação
65781184	04/08/2020 17:51	adm ana maria	Documento de Comprovação
66182486	21/08/2020 19:13	Despacho	Despacho
69619545	16/10/2020 11:41	Intimação	Intimação

ANA MARIA DOS SANTOS SILVA, brasileira, viúva, agricultora, inscrita no CPF/MF sob o n.º 017434204-71, com endereço no Sítio Canela, nº 01, Zona Rural, Tupanatinga - PE, Cep. 56540-000, com endereço eletrônico desconhecido, vem, à presença de V. Exa., por seu advogado infra-assinado, com endereço profissional constante no instrumento procuratório, em anexo, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74, no artigo 319 e seguintes do Código de Processo Civil – Lei 13.105/2015 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT

Contra **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ n. 33.054.826/0001-92, situada à Av. Marquês de Olinda, 175 – Santo Antonio – Recife - PE, CEP. 50030-000 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro - RJ, CEP. 20031-205, com endereço eletrônico desconhecido, pelos motivos de fato e direito que narra a seguir:

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Inicialmente, a parte autora afirma que não possui condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz em jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86.

DOS FATOS

01. No dia **17 de outubro de 2017**, o autor foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEBILIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e perícia médica, em anexos.

02. Sendo a autora, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3, alínea “b” que dispõe:

“Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

(...)

b) **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)– no caso de invalidez permanente:**

03. Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da INTEGRALIDADE



do valor da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez PERMANENTE**, sendo paga a quantia de apenas **R\$ 2.531,25 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

04. No caso em tela, o laudo médico atesta **DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO** e de acordo com a tabela instituída pela **Lei nº. 11945/2009**, o percentual a ser pago é de 70% (setenta por cento). Ora, se 70% (setenta por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) equivale a R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), caberia ao autor receber ainda o complemento de **R\$ 6.918,75 (seis mil, novecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)**, equivalente aos 70% (setenta por cento) menos o valor recebido administrativamente.

DO DIREITO:

05. Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 7656/95 - Reg. 46-2 Cod. 95.001.07656 SEXTA CÂMARA - Unânime Juiz: RONALD VALLADARES - Julg: 12/12/95 INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. D.P.V.A.T. Ação de cobrança de indenização securitária (caso do DPVAT sob a disciplina do art. 7. da Lei n. 6194/74, com as alterações da Lei 8441/92) Seguro obrigatório e de interesse social. Requerente sucessor legítimo de vítima de acidente (queda de caminhão) ocorrido quando estava sendo transportada em veículo automotor em circulação. Caso de morte causada apenas por veículo não identificado. Dever legal da companhia seguradora, que opera no ramo do referido seguro obrigatório, de indenizar, considerado o disposto no art. 7., parags. 1. e 2. , da Lei 6194. Requisitos e condições da ação comprados nos autos. Inexistência de inconstitucionalidade dos dispositivos legais instituidores da modalidade indenizatória do seguro.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatórias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

06. No que concerne ao posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça**, há de ser posto o seguinte:

SÚMULA n. 229: O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão

SÚMULA n. 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS. Discute-se o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A Segunda Seção, por maioria, decidiu que a fixação da cobertura do DPVAT



em salários mínimos não infringe a legislação, porquanto se cuida de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária. A jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT (art. 3º, **a**, da Lei n. 6.194/1974). Precedentes citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 257.596-SP, DJ 16/10/2000. [REsp 296.675-SP](#), Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.

07. Assim sendo, não resta outra alternativa ao autor, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- a) Autorizar os benefícios da **assistência judiciária gratuita**, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser o Autor pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;
- b) a citação do requerido por meio postal, nos termos do art. [246](#), inciso **I**, do [CPC/2015](#);
- c) A parte opta pela não designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do art. [319](#), **VII**, do [CPC/2015](#), porém requer de imediato a realização da perícia judicial considerando o acordo firmado entre o Tribunal de Justiça e a Ré, por meio do ofício 005/2015, que fixou em R\$ 200,00 (duzentos reais) os honorários de perito que deverão ser suportados pela parte demandada e depositados em juízo até 15 dias após a conclusão da perícia, requerendo, de logo, que seja nomeado perito, para audiência de perícia e conciliação;
- d) **Que o INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL seja oficiado para realizar perícia no autor e fornecê-la no prazo designado por V. Exa., informando ao juízo o grau de debilidade no percentual de 0 a 100% (cem por cento);**
- e) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, relativo ao **COMPLEMENTO** da indenização, o que atualmente perfaz a quantia de **R\$ 6.918,75 (seis mil, novecentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)** com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no Art. 3, alínea "b", da Lei n 6.194/74;
- f) Condenar a Ré a pagar **honorários advocatícios** no importe de 20% (vinte por cento) sob o valor da causa.

Requer, por fim, determinar que toda e qualquer publicação referente a este processo, deve constar da **intimação** APENAS e EXCLUSIVAMENTE o nome do **advogado EWERSON VILAR DE LIMA – OAB/PE 28.570, sob pena de nulidade.**

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a Inicial.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 6.918,75 (seis mil, novecentos e dezoito reais e setenta e**



cinco centavos).

deferimento.
agosto de 2020.

P e d e e e s p e r a
Recife/PE, 04 de

EWERSON VILAR DE LIMA
OAB/PE 28.570



INSTRUMENTO PROCURATÓRIO

OUTORGANTE: Ana Maria dos Santos Silva, Brasileira, Viúva, Agricultora, inscrita na CPF: 017.434.204-71, cédula identidade nº 592752, SDS/AL, Sítio Camela nº 01, Tupanatinga-PE, CEP: 56540-000,

OUTORGADOS: EWERSON VILAR DE LIMA, brasileiro, casado, advogado, portador, respectivamente, da OAB-PE 28.570, com endereço profissional na Avenida , endereço eletrônico: evl.advogado@yahoo.com.br

PODERES: Da cláusula "Ad Judicia" representando o outorgante perante qualquer Juízo ou Tribunal, podendo apresentar declarações, queixa, assinar, requerer, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar e prestar compromisso, acompanhar andamento de processo, desarquivar processo, recorrer, apresentar contrarrazões, executar, indicar provas e testemunhas, requerer, receber, levantar e dar quitação de Alvarás Judiciais perante as Instituições Financeiras, pedir a justiça gratuita e **assinar declaração de hipossuficiência econômica**, em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC, podendo ainda substabelecer o presente instrumento com ou sem reservas de poderes, ou seja, tudo enfim para o bom e fiel cumprimento deste mandato específico.

CONTRATO DE HONORÁRIOS: Pelos serviços o(a) **OUTORGANTE** se obriga a pagar ao **OUTORGADO** o percentual de **30% (trinta por cento)** sobre o valor bruto de qualquer benefício que venha a ser auferido proveniente do presente feito, tanto judicial quanto extrajudicialmente, independentemente de haver ou não pagamento de honorários pela parte adversa, devendo o respectivo valor ser retido nos autos, com a liberação dos valores atinentes aos honorários em alvará distinto em nome do patrono.

DECLARAÇÃO DE POBREZA: Eu, Ana Maria dos Santos Silva, DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que sou pobre na acepção jurídica do termo, não tendo condições arcar com as despesas inerentes à ação ajuizada, sem prejuízo de meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da gratuidade da Justiça.

Recife, 10 de Julho de 2020.

Outorgante/Declarante


X Ana Maria dos Santos Silva

1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
CENTRO DE SERVIÇOS FORTIFICADOS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE MARIO PEREIRA DOS SANTOS



Polegar Direito



Ana maria dos Santos Silva

SECRETARIA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 592753 DATA DE EXPEDIÇÃO 15/12/2008

ANA MARIA DOS SANTOS SILVA

MARIA ERNESTINA DA CONCEIÇÃO

SÃO MIGUEL DOS CAMPOS - AL 01/12/1958

CERTO CAS 5673 FLS 273 LIV B 14
MACEIÓ - AL

2 VIA

DEL. KELMANN VIEIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

P 1

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
017.434.204-71

Nome
ANA MARIA DOS SANTOS SILVA

Nascimento
01/12/1958

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
067B.9080.8B7B.44F8

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 19:23:09 do dia 03/02/2014 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

Sistema Único de Saúde

ANA MARIA DOS SANTOS SILVA

Data Nasc.: 01/12/1958 Sexo: F

700 0014 3403 5705



DISQUE SAÚDE 136

Este cartão é de uso pessoal e intransferível. Em caso de roubo ou perda, comunicar ao Disque-Saúde.

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

SUS+

SUS+

Cartão Nacional de Saúde

Cartão do Usuário





ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
SI CANELA 01

SITIO CANEIA/TUPANATINGA RURAL
TUPANATINGA PE
58540-000

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7009607697	11/2018
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LETURA
22/11/2018	17/12/2018
TOTAL A PAGAR (R\$)	17,38

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
039064351	ÚNICA	14/11/2018
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
14/11/2018	2011872225	5511899

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,18399925	5,51
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	22,0000000	0,31541014	6,93
Acrescimo Bandeira AMARELA			0,83
Acrescimo Bandeira VERMELHA			0,63
Contribuição Pública Municipal			4,00
Multa por atraso-NF 035321861 - 16/10/18			0,40
Juros por atraso-NF 035321861 - 16/10/18			0,27
Atualização ICPIA-NF 035321861 - 16/10/18			0,01
Compensação DMC 09/18			0,03
			-0,51

TOTAL DA FATURA				R\$ 17,38
-----------------	--	--	--	-----------

17,38

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
317.2325035	CAT	18-10-2019	529,00	14-11-2019	590,00	29	1.000,00		52,00

Mês/Ano	KWh
NOV 18	52
OCT 18	53
SET 18	62
AGO 18	58
JUL 18	58
JUN 18	56
MAI 18	54
ABR 18	55
MAR 18	48
FEV 18	50
JAN 18	45
DEZ 17	30
NOV 17	30

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			
	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR IMPOSTO
ICMS			
PIS	12,18	0,74	0,90
COFINS	12,18	3,44	4,19

Geração de Energia	R\$ 5,99	45,45%
Transmissão	R\$ 0,85	6,45%
Distribuição (Celpe)	R\$ 3,97	30,12%
Perdas de Energia	R\$ 1,24	9,49%
Energias Setoriais	R\$ 0,50	4,40%
Tributos	R\$ 0,54	4,10%
Total	R\$ 13,18	100%

TARIFAS APLICADAS	
Consumo Ativo até 30 kWh	0,17629850
Consumo Ativo superior a - até 100 kWh	0,30222600

RESERVADO AO FISCO

5EBB 4BE9 6AE3 5032 7C89 882F B3BE D899

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto da vocação: correio fiscalizante, rua Santos Dumont, centro, jipeiro, gincalves - me, rua estado pereira 33, central, loja completa em um, celso com 1. "A dista da letra e bandida em vigor e a Antela. Mais informações em: www.anel.gov.br". O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível da tensão de fornecimento. Pague: evasão: gatilho 24 (Res 411/ANEL), Arui 19 de mar (Lei 10.436/02) e atualizações monetárias no tempo: meio 30 de março conforme art. 9º, VIII, a, 2.2. do RDCMS-PE. Devido ao prazo aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei nº 10.436 de 26/04/02 - R\$ 16,77. O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo de entrega para os países de alto nível comercial.



1/ <https://security.cisco.com/forums/psa/psa-2528400c-87514984nrcBC=17E0252100326dno=simple&naip=principal-ACIDENT...>

(S)EDMADAV (S)EDSSAD (S)EDP OF/EDMADAV

Qb=0.5 (s) dv/ds = 0.5 dv/ds

Passado(s) envolvido(s) na ocorrência:
 JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA (AUTOR/ AGENTE)
 PRISCILA JUSTINO DE OLIVEIRA (OUTRO)
 ANA MARIA DOS SANTOS SILVA (VITIMA)

Pessoa(s) envolvida(s) no ocorrência:

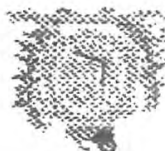
FABRIL 2013

ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAO FATAL - Culposo (Consumado), que aconteceu no dia 17/10/2017 às 15:00

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 27/10/2017 às 09:57

BOLETIM DE OCORRENCIA Nº: 17E0252000326

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 16ª CIRCUNSCRIÇÃO - JUPAMATNCA - DP-162ºCIRC
DINTER2/18ºDESEC

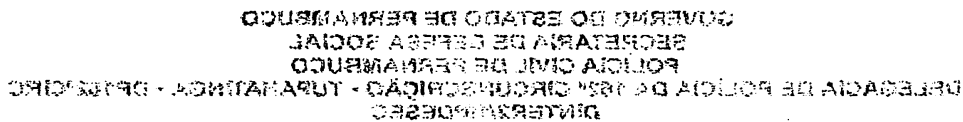


Secretaria de Defesa Social: INFOPOL

27/02/2017

592E4E0B1E

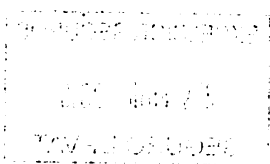




72:00 05 7105\01\71 and on landing observe signs of foreign aircraft

[illegible]

(S) (U) (C) (D) (E) (F) (G) (H) (I) (J) (K) (L) (M) (N) (O) (P) (Q) (R) (S) (T) (U) (V) (W) (X) (Y) (Z)

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

27/10/2017

Secretaria de Defesa Social :: INFCIPOL

Ficha: **CBC3811** (PERNAMBUCO/NAO INFORMADO) Renavam: **107522067** Chassi: **LJYKCBLOX20638891**

Complemento / Observação

NA MANHA DE HOJE, COMPERCEU A ESTA DEPOL A PESSOA DE ANA MARIA DOS SANTOS SILVA, NOTICIANDO QUE NA TARDE DO DIA 17/10/2017, POR VOLTA DAS 15:00 HS, SE ENCONTRAVA NA GARUPA DA MOTO SHYNERAI PHENIX, DE COR VERMELHA, DE PROPRIEDADE DE PRISCILA JUSTINO DE OLIVEIRA, CONDUZIDA POR SEU COMPANHEIRO JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA, NA RODOVIA PE-270, NAS PROXIMIDADES DO SÍTIO CANELA, ZONA RURAL DE TUPANATINGA, FOI QUANDO O MESMO PERDEU O CONTROLE DEVIDOS AOS BURACOS E CAIU NO SOLO E COM A QUEDA A SENHORA ANA MARIA DOS SANTOS SILVA FRATUROU O BRAÇO DIREITO, A MESMA FOI SOCORRIDA PARA O HOSPITAL LOCAL E REMOVIDA PARA O HOSPITAL REGIONAL DE ARCOVERDE, ONDE RECEBEU OS CUIDADOS MÉDICOS.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

JOSÉ ALEXANDRE DE OLIVEIRA
(AUTOR / AGENTE)

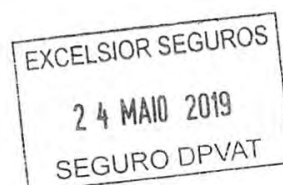
ANA MARIA DOS SANTOS SILVA
(VITIMA)
Priscila Justino de Oliveira
PRISCILA JUSTINO DE OLIVEIRA
(OUTRO)

B.O. registrado por: **JOSÉ ROGERIO DUARTE BATISTA** - Matrícula: **158730-7**



Procurador Geral

Assessoria



<https://security.sds.pe.gov.br/pernambuco/visualizaBO.do?idUn=252&idC=6751489&idBO=17E0252100326&tip=simple&idPrincpal=ACIDENT...> 2/



Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 04/08/2020 17:50:49

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20080417504984600000064542714>

Número do documento: 20080417504984600000064542714

195575

0 HOSPITAL LOCAL E REMOVIDO PARA O HOSPITAL REGIONAL DE ARCOVERDE, ONDE RECEBERO OS CIDADAO
QUE DA SEMORA AMI MARIA DOS SANTOS SILVA FRATUO E BRAGA TIRTO. A MESMA FOI RECORRIDA PARA
TRATAMENTO, FOI QUANTO A MESMO FLEUO E CONTINUA DEBIDO AOS BURCO E CANO SOLO E COM
JOE ALABANDOS DE 25 DE 25 ANOVAS PEZO, MAS FORTUNADAMENTE DO SEU CAMELO, SEMA RURAL DE
DO CO VERMELHA. DE PROPOSTA DE PROBLEMA, JUSTO DE CLASSE, CONDUZIDA POR SEU COMPANHEIRO
MA TARDI DO DIA TIRTO, FOR VOTA DAS 19HO 15, SE ENCONTROU AMI MARIA DOS SANTOS SILVA, NOTANDO QUE
AMI MARIA DE 40LE, COMPERCEU A ESTA BELO A PESSO DE AMI MARIA DOS SANTOS SILVA, NOTANDO QUE

Isaiah 53:1-12

1205 LA GUAYAMA 50
 1206 LA GUAYAMA 50

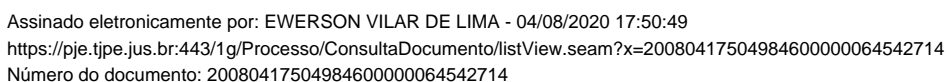
[illegible]

PERSONA RESISTENTE DE OLIVEIRA
(OUTRO)

5-D. Registered for JOSE ROBERTO MARTI BATISTA - 156-0000 - 1287307

Approved: _____

RECEIVED
JAN 10 1964
LAWYER OFFICE



Dr. Fred Veras
Reumatologia
CRM 6688-PE CPF 129098314-34

Ana Maria dos Santos Silva

Paciente vítima de acidente de trânsito por queda de motocicleta no dia 17 de outubro de 2017 em estrada vicinal de Tupanatinga – PE deu entrada no Hospital Municipal local e transferido para Hospital Jesus Pequenino – Bezerros – PE onde recebeu atendimento médico para reduções cirúrgicas de fraturas dos dedos da mão D recebendo alta hospitalar 27 de outubro de 2017 e encaminhado com orientação de continuar tratamento médico ambulatorial de onde recebeu alta definitiva no dia 07 de maio de 2018.

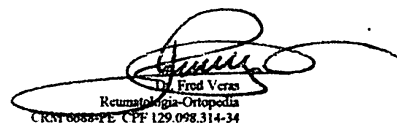
Na avaliação clínica de sequelas por mim realizado ao paciente dia de hoje sob exame físico-clínico visual, mecânico ativo e passivo e motor sob manobra, tem o paciente apresentando-se com sequela de fraturas na mão D com semi rigidezes articulares e perda de 60% para flexão e 30% para extensão II- IV – V - QD edema regional + e déficit de 20% para flexão dorsal 15% para flexão palmar e 15% para as rotações do punho D características por longo tempo de imobilização.

Paciente como se apresenta ao exame físico de hoje, e exclusivamente hoje, podendo variar conforme evolução e resposta clínica do mesmo com o passar dos dias e sendo de reservado prognóstico

PS: quadro clínico descrito ao um retrato do que o paciente apresenta ao físico exclusivamente do dia de hoje, podendo variar caso à caso com o passar dos dias.

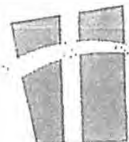
Atenciosamente,

Afogados da Ingazeira, 12 de abril de 2019


Dr. Fred Veras
Reumatologia-Ortopedia
CRM 6688-PE CPF 129.098.314-34

Av. Aparício Veras 411, Centro, Afogados da Ingazeira PE – Fone 87 38381304





HOSPITAL
JESUS PEQUENINO

Nome: Luiz Carlos de Souza Silva

Reg. 716930

Data de Nasc. 21/12/1958

Data da Cirurgia 24/01/14

Diagnóstico: Fratura do fêmur no antebraço
Q75-S26

Tratamento: Placa e parafusos - pinos e fios

Data Retorno: 11/12/14

Motivo Retorno: 1º curativo realizado por enfermeira
10 curativos realizados

- 045 E. Silva

Dr. Marilton V. Costa
Traumato - Ortopedia
CRM - 5980

GRÁFICA LOPES E SILVA



05/03/18
João Marinho V. Costa
CRM-5960
Traumato-Ortopedia

2/30/50 encl

1. Noting 12.11.1960

João Marinho V. Costa
Traumato - Ortopedia
CRM - 5980

1.11.21 - 12 US \$
5. Baumholder. 12.11.21
Junc. undulatus
15.01.19
1910 - 12





HOSPITAL
JESUS PEQUENINO

Carta Médica

Para: Maria dos Santos J. M.
59 anos, por o furo de
fratura distal com entorse
Dois - Cx - 5 - 50% - 160 cm
80 - 80 kg - em massa 545 -
faturar. 1.500 gms faturar
no 14/05/13
a 9/6 1.500 gms

07/05/13

João Marilton V. Costa
Traumato - Ortopedia
CRM - 5980

Av. Major Aprígio da Fonseca, s/n - Bezerros - PE - Fone/Fax: (0xx81) 3728.1586 / 1099



(87) 3856-1156 | 3856-1282

Telefone:



PREFEITURA MUNICIPAL DE
TUPANATINGA
TEMPO DE VIVER UMA NOVA HISTÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
DE TUPANATINGA - PE / CNPJ 10.342.688/0001-41
Rua Alto São Felix, 185 Fone: (87)3856-1604 - (87)3856-1225.
E-mail: hospitaltupanatinga-direcao@hotmail.com

Declaração

Declaro para os devidos fins que em resposta a solicitação do
Sr. Ana Maria dos Santos Silva portador do CPF: 047.434.204-71
RG: 592752, neste município segue em anexo cópia do
livro de ocorrências da UMSC assinado e carimbado pela equipe
plantonista no referido dia.

Tupanatinga, 24 de 10 de 2017.

Reginaldo Rodrigues
Sec. Adjunto da Saúde
01/11/2017 14:49:20 534-03
Reginaldo Rodrigues
Direção

Rua Alto São Felix nº 205 Tupanatinga - PE
Telefone: (87) 3856-1406 / E-mail: saude.tupanatinga@hotmail.com
CNPJ: 10.106.250/0001-64



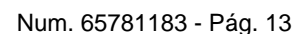
Assinado eletronicamente por: EWERSON VILAR DE LIMA - 04/08/2020 17:50:49

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20080417504984600000064542714>

Número do documento: 20080417504984600000064542714

HTRI
Hospital do
Tricentenário

Endline 3-1999
Age 250-300-2
Vigilance Experiment





(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190343265 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ANA MARIA DOS SANTOS SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

BENEFICIÁRIO ANA MARIA DOS SANTOS SILVA

CPF/CNPJ: 01743420471

Posição em 04-08-2020 17:10:18

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
29/08/2019	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
30/10/2019	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/___pv7d__gVVQVWAcI api_key=tjZcdeQg1ywxPaxWMvRdhDkbaDZk7n9bwNII+rap3vE=)
29/08/2019	INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/rwSz7OpowMTGQROe api_key=tjZcdeQg1ywxPaxWMvRdhDkbaDZk7n9bwNII+rap3vE=)
28/05/2019	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/bVdzqNNSX+m+6wlJaz0A api_key=tjZcdeQg1ywxPaxWMvRdhDkbaDZk7n9bwNII+rap3vE=)





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção A da 27ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810240

Processo nº **0035519-04.2020.8.17.2001**

AUTOR: ANA MARIA DOS SANTOS SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

DESPACHO

De início, defiro o pedido de gratuidade judiciária, ante a declaração de pobreza colacionada aos autos, e previsão dos arts. 98 e 99, § 3º, do CPC.

Em feitos como o presente, entendo ser indispensável a produção de prova pericial, a qual poderá viabilizar um possível acordo entre as partes ou subsidiará este juízo na prolação de sentença de mérito.

Entretanto, com o objetivo de evitar deslocamentos e contatos entre pessoas em razão da pandemia do novo Coronavírus; considerando ainda as determinações exaradas por este Tribunal, defiro a produção de prova pericial médica para momento oportuno. Além disso, tenho por prudente deixar de designar a audiência do art. 334 do referido código, sendo certo que, a qualquer tempo, é facultada às partes conciliarem e requererem homologação judicial.

Nesse diapasão, em homenagem aos Princípios da Razoável Duração do Processo, Celeridade e Economia Processual, determino a citação da ré para, querendo, ofertar defesa no prazo de 15 dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia.

Com a contestação, em vindo matéria atinente aos arts. 350 e 351 do mesmo código, intime-se a autora para replicar em quinze dias.

RECIFE, 12 de agosto de 2020.

José Arnaldo Vasconcelos da Silva
Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 27ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0035519-04.2020.8.17.2001
AUTOR: ANA MARIA DOS SANTOS SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT SA

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 27ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 66182486, conforme segue transcrito abaixo:

"De início, defiro o pedido de gratuidade judiciária, ante a declaração de pobreza colacionada aos autos, e previsão dos arts. 98 e 99, § 3º, do CPC. Em feitos como o presente, entendo ser indispensável a produção de prova pericial, a qual poderá viabilizar um possível acordo entre as partes ou subsidiará este juízo na prolação de sentença de mérito. Entretanto, com o objetivo de evitar deslocamentos e contatos entre pessoas em razão da pandemia do novo Coronavírus; considerando ainda as determinações exaradas por este Tribunal, defiro a produção de prova pericial médica para momento oportuno. Além disso, tenho por prudente deixar de designar a audiência do art. 334 do referido código, sendo certo que, a qualquer tempo, é facultada às partes conciliarem e requererem homologação judicial. Nesse diapasão, em homenagem aos Princípios da Razoável Duração do Processo, Celeridade e Economia Processual, determino a citação da ré para, querendo, ofertar defesa no prazo de 15 dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia. Com a contestação, em vindo matéria atinente aos arts. 350 e 351 do mesmo código, intime-se a autora para replicar em quinze dias. RECIFE, 12 de agosto de 2020. José Arnaldo Vasconcelos da Silva Juiz de Direito"

RECIFE, 16 de outubro de 2020.

MICHELLE MARIA NASCIMENTO FILGUEIRAS

Diretoria Cível do 1º Grau

